

Reflexões sobre a relação China e América Latina



Marcos Cordeiro Pires

Doutor em História Econômica (USP). Livre-Docente em Economia Política Internacional (Unesp). Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Unesp de Marília. Atua no curso de Relações Internacionais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília. É co-coordenador do Grupo de Pesquisa dos BRICS. Membro do Instituto Confúcio na Unesp e do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais.
e-mail: mcp@marilia.unesp.br

Gustavo Enrique Santillán

Doutor em História (U. N. Córdoba). Pós-Doutor em Ciências Sociais (Unesp). Pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) e docente da Faculdade de Filosofia e Humanidades da Universidade Nacional de Córdoba (Argentina). Suas pesquisas se concentram nas reformas sociais e laborais ocorridas no processo de modernização da República Popular da China e também sobre as características do modelo de desenvolvimento chinês.
e-mail: gustavo.santillan@gmail.com



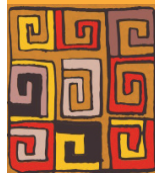
Introdução

Em artigo publicado no portal The Diplomat, Shannon Tiezzi (2014) chama atenção para o aumento do envolvimento da China nos assuntos da América Latina. Para ela, enquanto os Estados Unidos procuram se firmar como o pivô nos assuntos asiáticos, numa estratégia de contenção da China, o país asiático tem se firmado como um pivô na América Latina, participando de diversos organismos regionais, como a OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, mais recentemente, como observador da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Não obstante, desde 2006 Estados Unidos e China dialogam sobre a presença chinesa no "Hemisfério Ocidental". Na reunião mais recente, em novembro de 2013, Roberta Jacobson, Subsecretaria de Estado para Hemisfério Ocidental, declarou que, do ponto de vista dos Estados Unidos, *"vemos o aumento do envolvimento da China na América Latina, tanto na relação comercial como em relação aos investimentos - como algo extremamente positivo"* (China Daily, 2013).

Se o envolvimento chinês na América Latina é algo que vai de encontro ao interesse dos Estados Unidos na região, isso é uma questão secundária. Intencionalmente, ou não, o incremento da presença da China na América Latina, desde o começo da década de 2000, é uma fator que tem tido um peso importante no desempenho comercial da região em, principalmente, na manutenção de uma estabilidade até então inédita frente aos desafios impostos pela maior crise econômica desde 1929.

Desde 2000, verifica-se um aumento exponencial dos fluxos comerciais. Em 2013, a China era a principal parceira comercial de países como Brasil e Chile, e segundo de uma série, como Argentina, Venezuela, México, Peru etc. Já a partir do final de década de 2000 começa um fluxo crescente de investimentos externos chineses, direcionados prioritariamente para os setores de mineração e energia, ampliando a importância do país asiático para o desempenho econômico dos países da América Latina.

Frente a estas evidências, objetivo deste trabalho é o de fornecer elementos para a reflexão sobre a relação entre a China e a América Latina. Nesse sentido, ele está dividido em três seções, além desta breve introdução. Na primeira, discutiremos as linhas gerais da diplomacia chinesa e, em particular, o lugar da América Latina nas prioridades do país. Em segundo lugar, discutiremos como esta relação vem impactando os países da região, buscando identificar aspectos do crescente envolvimento chinês. Por fim, será feita uma análise dos aspectos econômicos da relação, discutindo a evolução dos fluxos comerciais e de capitais.



1. A agenda internacional da China e o papel conferido à América Latina

Antes de tudo, é preciso considerar que a América Latina possui uma importância marginal na estratégia internacional da China. De acordo com o estudo “China Modernization Report” (CASS, 2008), a estratégia de modernização intitulada *Peace Dove Strategy* (PDS) postula que os interesses centrais da inserção internacional da China estão, em primeiro lugar (cabeça do pombo) na ONU, e no corpo a Ásia. Já em cada asa são representados os interesses relacionados à região euroasiática, de um lado, e da bacia do Oceano Pacífico, de outro, onde estão os Estados Unidos. Países periféricos no sistema, como os da África, Oceania e América Latina estariam na calda do pombo, revelando um interesse marginal.

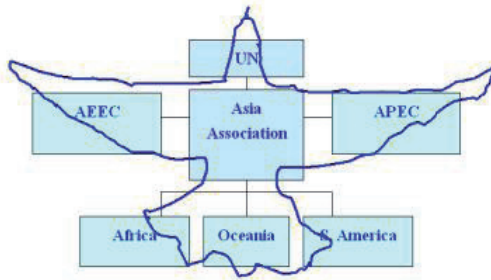


Figura 1 - *Peace Dove Strategy* (PDS), CASS, 2008

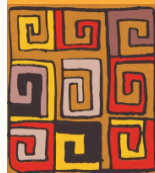
Feita esta consideração, é importante ressaltar que, em termos gerais, a política exterior da China se pauta pela democracia entre os países e pela construção de uma ordem multipolar nas organizações de Governança Global. Entretanto, a China não se coloca na ofensiva e nem trata de tensionar a ordem internacional. Continua em vigência o ditado atribuído a Deng Xiaoping “Tao Guang Yang Hui”, proferido no começo da década de 1990, que sugere que o país deva manter um perfil baixo nas relações internacionais. Uma tradução aceitável para este ditado poderia ser “ocultar o brilho, nutrir obscuridade”. No entanto, também poderia ser traduzido como “ocultar as ambições e esconder as garras”.

A questão do desenvolvimento interno continua sendo a prioridade número um do país, tal como postula na estratégia consubstanciada no “Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China” (China, 2011). Nele são reforçados os princípios que norteiam a diplomacia chinesa desde a década de 1950, quando Zhou Enlai formulou os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, a saber: (1) Respeito à soberania e à integridade territorial de cada país; (2) Não agressão; (3) Não ingerência nos assuntos internos de outros Estados; (4) Igualdade nas relações entre os Estados; e (5) O benefício mútuo nas relações entre os Estados.

A mensagem chinesa se direciona para os Estados Unidos, potência que poderia se sentir ameaçada com sua ascensão - e que vem lançando iniciativas de contenção da China, como a estratégia “Um século dos Estados Unidos na Ásia” e ainda a Parceria Trans-Pacífico - mas também para os seus vizinhos asiáticos, uma vez que para além dos ressentimentos acumulados com o Japão decorrentes da II Guerra Mundial, existem disputas territoriais com diversos países da região. Além da definição de fronteiras com a Índia, existem disputas no Mar do Sul da China, com relação às Ilhas Spratlys, Paracels, Pratas e Maccliesfiels Band, que coloca a China em campos opostos com Vietnã, Filipinas, Malásia, Taiwan e Brunei, além do próprio Japão com relação às Ilhas Diaoyu/Senkaku. A questão mais embaraçosa de todas continua sendo a reunificação com Taiwan, apesar dos avanços obtidos nesse sentido.

Com relação à América Latina, a China tem intensificado contatos econômicos e políticos. Além da citada participação chinesa em foros e organismos regionais, o país possui tratados de “parceria estratégica” com Brasil, Venezuela, Argentina, México e Peru. No caso brasileiro, a parceria foi elevada para o nível “global” em 2012, quando da visita de Wen Jiabao ao país.

Também naquele ano, o Primeiro Ministro Wen Jiabao, em seu discurso na sede da CEPAL, EM Santiago do Chile, formulou quatro plataformas essenciais para a relação sino-latino-americana, tal como segue: (a) aprofundar a cooperação estratégica entre a China e a América Latina e Caribe com base na confiança política mútua; (b) ampliar os interesses comuns da China e da região, com ênfase na cooperação econômica e comercial; (c) salvaguardar a segurança alimentar da China por meio da cooperação agrícola com os países da região; (d) aumentar a amizade entre os povos da China e da região tendo por base o intercâmbio cultural e humano (WEN, 2012). De fato, o Primeiro-Ministro reafirmava os princípios da diplomacia chinesa para a nossa região, conformada pelo “Livro Branco sobre a Política da China para a América Latina e o Caribe”, produzido pelo Conselho de Estado (State Council, 2008)





Merece destaque a participação da China na reunião de Cúpula da CELAC em Havana, em janeiro de 2014, quando se aprovou a criação de um Fórum de Cooperação CELAC-China e estipulando o primeiro encontro, em nível ministerial, para ainda este ano de 2014. A este respeito, Hong Lei, Porta-Voz do Ministério de Relações Exteriores da China, se manifestou da seguinte maneira:

A China e os países da América Latina e do Caribe se comprometeram com a criação do Fórum China-CELAC, em um esforço para fornecer uma plataforma importante para o crescimento da parceria bilateral de cooperação com igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento comum. Proporcionará mais benefícios para os povos de ambos os lados e contribuirá para a paz e desenvolvimento na região e alhures. A China vai manter a comunicação com os países da América Latina e do Caribe sobre o funcionamento do Fórum e sobre as áreas de cooperação, num esforço para configurá-lo oficialmente e realizar sua primeira reunião ministerial ainda neste ano (FMPRC, 2014).

Como se pode constatar, a política formulada pela China possui uma base empírica que se subordina às necessidades do desenvolvimento do país, não se consubstanciando numa ameaça para os interesses de outras potências na região, apesar das desconfianças levantadas por parcelas da opinião pública dos EUA, tal como discutimos na introdução deste artigo. Na subseção seguinte discutiremos como que a nossa região se encaixa na estratégia econômica chinesa.

1.1 O lugar da América Latina na agenda econômica da China

A atuação da China no comércio internacional, de forma similar à sua atuação política nos foros multilaterais, se caracteriza como uma força de “dentro do sistema”, que não procura desestabilizar a ordem internacional (China, 2011a).

Considerando que sua inserção internacional foi potencializada por sua entrada em redes internacionais de agregação de valor, notadamente de empresas dos Estados Unidos, Europa e Japão, o país não possuiu uma posição reformista das regras do comércio internacional, como muitas vezes o fazem países da América Latina ou a Índia. De fato, seu comércio internacional está baseado em vantagens comparativas.

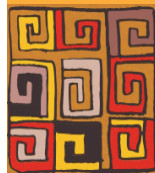
Em princípio, os baixos salários e a grande oferta de mão-de-obra foram os fatores que atraíram o capital estrangeiro em sua estratégia de “outsourcing”. Posteriormente, com o ganho de aprendizagem decorrente da incorporação do “management” e de tecnologias decedentes, o país soube se especializar como subcontratador de diversos ramos industriais. Em seguida, com este “stock” de conhecimento passou a criar suas próprias marcas e buscou sua internacionalização.

Adicionalmente, o comércio internacional se converteu no motor do desenvolvimento chinês, viabilizando os recursos para a construção da infraestrutura que tem proporcionado suas elevadas taxas de investimento. Assim, o comércio internacional busca garantir a segurança alimentar e energética para garantir o seu desenvolvimento interno.

Também por conta de seu rápido crescimento, o país acumulou enormes reservas internacionais, que tem viabilizado um forte fluxo de investimentos para o exterior. Esses vêm respondendo a duas lógicas: (a) garantir o suprimento de alimentos e matérias-primas para garantir o nível de crescimento do país; e (b) viabilizar oportunidades de negócios para as grandes empresas da China, como produtoras de bens de consumo duráveis, tecnologia de comunicação e informação e ainda grandes empresas de serviços públicos. De forma geral, os investimentos do primeiro tipo estão concentrados em países em desenvolvimento, produtores de alimentos, petróleo e outras matérias-primas. Já os investimentos de segundo tipo tendem a se concentrar em países industrializados, onde não só se busca o acesso a mercados, mas também um ambiente adequado para o desenvolvimento de centros de pesquisa e inovação tecnológica.

Quando se mira os interesses da China na América Latina, não se pode perder de vista a sua subordinação à estratégia de desenvolvimento nacional. A já citada referência ao discurso de Wen Jiabao na Cepal, em junho de 2012, delinea muito bem esta questão. Além de buscar mercados consumidores para sua oferta industrial, algo que se tornou essencial depois da crise de 2008 por conta da perda de dinamismo dos mercados dos países industrializados, a nossa região vem sendo alvo de fortes investimentos produtivos da China, em setores prioritários como a agricultura, energia e mineração, sem deixar de Investimentos produtivos em segmentos industriais do setor de bens de consumo duráveis, particularmente no Brasil e outros países com expressiva presença industrial.

Por fim, vale destacar que a atuação da China no exterior, e principalmente na América Latina, não se pauta apenas pela lógica





do “mercado”, já que a estabilidade na garantia do fornecimento de bens estratégicos torna-se mais importante do que uma rentabilidade imediata. Ademais, como sempre frisam os dirigentes chineses, a atuação do país deve garantir os princípios de “benefício mútuo” e “ganho compartilhado”, do qual os projetos de cooperação são exemplos mais bem acabados. Mesmo num acordo de Livre Comércio, como os assinados com Peru e Chile, nota-se a preocupação com a temática da cooperação, algo que não consta, por exemplo, no TCL entre México, EUA e Canadá. Este “diferencial” chinês tem possibilitado novos e positivos padrões de relacionamento para muitos países da América Latina.

2. A importância da China na agenda internacional da América Latina

Diferentemente da China, para quem a América Latina ainda é uma região marginal em sua política exterior, os países de nossa região tem dado uma grande importância ao relacionamento com o grande país asiático. Para além dos aspectos econômicos, que serão abordados na próxima seção, a relação política entre a maior parte dos países da América Latina tem se intensificado desde o começo da década de 2000, acompanhando o aumento dos intercâmbios comerciais.

No entanto, é preciso destacar que os países da região não atuam em bloco, já que cada país ajusta sua estratégia internacional aos seus condicionantes externos. A título de generalização, podemos classificar os países da região em dois grupos com interesses distintos em sua relação com a China. O primeiro deles seria definido pela busca de maior autonomia nacional e maior integração regional, como os países da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) e do Mercosul. De outro, os países associados às teses do livre comércio, especificamente aqueles vinculados à Aliança do Pacífico e os pequenos países da América Central e do Caribe.

Para os primeiros, a relação política com a China se insere num contexto de disputas hegemônicas, buscando contrabalançar a grande influência na região e em foros internacionais dos Estados Unidos e de seus aliados da Europa e a Ásia. Nesse sentido, buscam articulações com a China, mas também com outros países do Grupo dos BRICS para fortalecer posições favoráveis à multipolaridade nos foros de governança global. A China, nesse contexto, com o poder centrípeto de seu enorme mercado e com vastos recursos financeiros em busca de oportunidades no exterior tem suplantando algumas

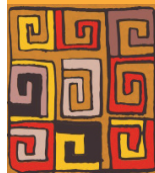
vezes o papel outrora reservado aos Estados Unidos. Entretanto, por mais fortes que sejam os vínculos construídos com Brasil, Venezuela, Equador, Bolívia e Cuba, não há espaço para uma maior concertação econômica, como, por exemplo, a assinatura de tratados de livre comércio. Brasil e Argentina, que tentam ampliar os seus parques industriais e buscam explorar as potencialidades da união aduaneira, não se sentem à vontade em abrir seus mercados para um parceiro tão competitivo como a China¹.

Já os países do segundo grupo, que superaram e/ou desistiram de projeto políticos e econômicos mais autônomos, depositam no livre comércio as esperanças de avançar no processo de inserção na economia mundial. Os países da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México e Peru), em momentos distintos de sua história recente, abriram mão de setores industriais integrados e passaram a apostar na especialização produtiva baseada em vantagens comparativas. Sem possuir uma indústria nacional para proteger, firmaram amplos acordos bilaterais de livre comércio, em que tentam ampliar a venda de produtos marginais em sua pauta de exportação, já que concentram suas vendas para a China em *commodities* minerais ou energéticas. Por isso, Chile e Peru firmaram acordos de livre comércio com a China, algo que países do Mercosul ou da ALBA, como vimos, não se predispõem a fazer.

O caso do México, desde o governo de Miguel de la Madrid (1982-1988), é bem mais complexo, visto que abandonou sua política de autonomia frente aos Estados Unidos (pilar de sustentação dos discursos priísta) e abraçou as teses da integração regional. Em 1994, quando ingressou no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TCLAN), o país franqueou seu mercado às empresas do vizinho do Norte, concentrando neste país mais de 80% de suas exportações. Quando se relaciona com a China, com quem possui o maior déficit comercial, o faz por conta de cadeias de suprimentos de produtos eletrônicos que alimentam suas fábricas “maquiladoras” na fronteira com os Estados Unidos, possuindo poucos bens a serem exportados para a China.

Frente a estas questões, pode se constatar que a relação com a China por parte dos países do primeiro bloco tende a ser mais “política”, apesar dos fortes vínculos comerciais e financeiros. Já os países do segundo bloco tendem a reforçar os aspectos “econômicos” da relação bilateral, não buscando alianças ou coordenações em nível multilateral.

É sintomático o posicionamento político distinto dos maiores países da região em foros multilaterais, contando o Brasil com o apoio da





China e o México com o dos Estados Unidos. Nas eleições para Diretor Geral da FAO, em 2011, e para Diretor Geral da OMC, em 2013, Brasil e México estiveram em campos opostos. Em 2011, quando da última rodada de votação, enquanto os países dos BRICS, do G77 e grande parte dos países latino-americanos apoiavam a indicação brasileira de José Graziano da Silva para a Direção Geral da FAO, os mexicanos fecharam com o bloco dos Estados Unidos e da União Europeia em apoio ao espanhol Miguel Ángel Moratinos. O brasileiro venceu por uma estreita margem de 4 votos. Em 2013, por conta eleição para a direção da OMC, o México lançou o nome de Herminio Alonso Blanco Mendoza, com apoio dos Estados Unidos e de seus aliados, contra o diplomata brasileiro Roberto Carvalho de Azevedo. Na ocasião, o brasileiro venceu com o apoio dos BRICS, dos países africanos e grande parte dos países da América Latina, excetuando os caribenhos, que votaram em massa no mexicano (Agência Brasil, 2013).

Para além dessas questões, vale destacar que a atuação da Aliança do Pacífico no processo de negociação da Parceria Trans-Pacífico (TPP) reforça a posição dos Estados Unidos num arranjo que exclui a China, a mais dinâmica economia da região. Outros países da Associação de Cooperação Econômica da Ásia Pacífico (APEC), como a Rússia, adversária dos Estados Unidos em foros globais, também estão excluídos do acordo.

Por conta de sua abrangência e profundidade, vale destacar a relação política entre Brasil e China. A parceria estratégica firmada em 1993 teve seu patamar elevado para o nível “global”, em 2012, quando da visita de Wen Jiabao ao Brasil por conta da Conferência Mundial Rio+12. Isso é resultado do elevado grau de convergência dos países em foros multilaterais como a ONU, onde os países do Grupo dos BRICS têm atuado com destaque, ou como por meio do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) no âmbito das discussões sobre mudança climática e ainda nos “G-20s”, comercial e financeiro, que buscam democratizar a OMC ou o FMI e o Banco Mundial.

Especial atenção deve ser dada à criação de um foro de coordenação de esforços de cooperação, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), instituída em 2004, durante a primeira visita do Presidente Lula à China (MRE, 2004).

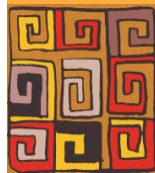
A primeira reunião da COSBAN ocorreu em março de 2006, presidida por José Alencar, Vice-Presidente do Brasil, e pela Vice-Primeira-Ministra da China, Wu Yi. Na oportunidade, foram definidas as temáticas de cooperação e também a estrutura e mecanismo de funcionamento da Comissão. As áreas temáticas definidas na reunião foram: política, economia, comércio, Ciência e Tecnologia, espacial, agricultura e cultural-educacional. Da ata da reunião, divulgada após o encontro destacamos (MRE, 2006),

As duas partes frisaram que o estabelecimento da COSBAN representa um passo novo da Parceria Estratégica entre os dois países e contribui positivamente para o fortalecimento e aprofundamento da cooperação entre os dois países em todas as áreas, com o intuito de promover o desenvolvimento conjunto, o progresso social e impulsionar a cooperação “sul-sul”.

É importante frisar que apesar da prioridade ressaltada pelos governantes de ambos os países, não ocorreu nenhuma reunião da COSBAN de alto nível até 2012. No entanto, quando da visita de Hu Jintao ao Brasil, em 2010, foi apresentado o Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014 (MRE, 2010), elaborado pela Comissão, que definia as diretrizes gerais de trabalho e estipulava o período de dois anos para a realização das reuniões de alto nível.

A segunda visita de Lula, em maio de 2009, serviu para reforçar a relação. No mesmo momento em que Lula e Hu Jintao destacavam o papel dos países em desenvolvimento para a superação da crise financeira, eram intensificados os acordos comerciais e os anúncios de novos investimentos no país. Considerando sua necessidade de garantir o fluxo de petróleo para o país, a China aportou em 2009 US\$ 10 bilhões na Petrobrás, tendo por contrapartida a garantia do fornecimento de petróleo. Ainda na reunião se esboçou como seria a atuação dos países na reunião do G-20 de Pittsburgh, que junto com os demais BRICS reivindicaram a redistribuição das quotas do FMI, entre outras questões.

A tendência de intensificação da relação bilateral foi reforçada na visita de Dilma Rousseff, em abril de 2011. Na ocasião, foram firmados acordos e memorandos nas seguintes áreas: defesa; estabelecimento do Centro Brasil-China de pesquisa e inovação em nanotecnologia; cooperação bilateral em C&T na área de desenvolvimento em bambu; cooperação em recursos hídricos; metrologia, normalização e qualidade industrial; e cooperação esportiva (MRE, 2011a).



A segunda reunião da COSBAN ocorreu em Brasília, em fevereiro de 2012, que preparou o documento que seria anunciado pela Presidenta Dilma e o Premier Wen Jiabao, em junho de 2012, que seria o “Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China”. Também no âmbito dessa visita, a parceria estratégica Brasil-China evoluiu, como mencionamos, para o nível “global”. As diretrizes para a cooperação do Plano Decenal foram as seguintes: (1) Ciência, Tecnologia, Inovação e Cooperação Espacial; (2) Minas, Energia, Infraestrutura e Transportes; (3) Investimentos e Cooperação Industrial e Financeira; (4) Cooperação Econômica e Comercial; (5) Cooperação Cultural, Educacional e Intercambio entre os povos (MRE, 2012).

Por fim, é preciso mencionar a terceira reunião da COSBAN, realizada em Guangzhou, China, em novembro de 2013, que contou com a presença do Vice-Presidente brasileiro, Michel Temer, e do Vice Primeiro Ministro chinês, Wang Yang. De acordo com a ata divulgada após o encontro (MRE, 2013), foram revisados os relatórios de trabalho das subcomissões e identificados os avanços até então realizados. Vale ressaltar dessa Ata a avaliação sobre os trabalhos da Comissão, tal como segue:

Na reunião de trabalho antes da Sessão Plenária, o Vice-Presidente Michel Temer e o Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang avaliaram a evolução recente das relações bilaterais e a situação político-econômica internacional e forneceram orientações para a condução da agenda sino-brasileira. Assinalaram o estabelecimento do Plano Decenal de Cooperação e do Diálogo Estratégico Global e a elevação das relações ao nível de Parceria Estratégica Global. As Partes avaliaram positivamente o desempenho do comércio bilateral e dos investimentos recíprocos. Comprometeram-se a envidar esforços com vistas a seu aumento e diversificação, com especial atenção aos segmentos de maior valor agregado, ao agronegócio, e a projetos-chaves de energia e infraestrutura. Saudaram a intensificação das relações na área financeira e a trajetória da cooperação nos campos da ciência, tecnologia e inovação, espacial, cultura e educação.

Como se pode verificar pela descrição dos comunicados e atas aqui selecionados, existe um canal fluído de diálogo e vem ocorrendo um melhor nível de entendimento entre Brasil e China, não só potencializando as questões econômicas e comerciais, mas também adensando a compreensão mútua e relação política em foros de governança globais.

Na seção seguinte serão destacados aspectos da relação econômica e comercial entre a China e a América Latina. Por questões de espaço, concentraremos nossa descrição aos principais países do Cone Sul, Argentina, Brasil e Chile.

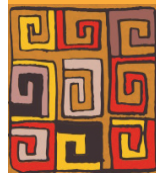
3. A importância do comércio e dos investimentos na relação entre China e América Latina

Após refletirmos sobre os aspectos políticos da relação, convém agora examinar a dinâmica e o impacto da presença da China na América Latina a partir da análise do comércio e dos fluxos de capital em três países do Cone Sul (Brasil, Argentina e Chile) durante a última década (2002-2012).

Destaca-se que a relação entre a China e esses países é enquadrada em um contexto marcado por alguns dos aspectos estudados nas seções anteriores do nosso trabalho, a saber:

- a) A importância crescente da economia chinesa no cenário global, expresso em (1) Crescimento econômico sustentado da República Popular; (2) Crescente demanda por commodities energéticas, industriais e alimentícias por parte dos países asiáticos; (3) Aumento da integração de empresas chinesas em cadeias globais de agregação de valor; (4) Política industrial agressiva e seletiva, que estimulou significativamente a expansão de grandes empresas estatais e paraestatais no exterior;
- b) O declínio da capacidade econômica, política e militar dos Estados Unidos em seu tradicional “quintal”; e
- c) A recuperação sustentada das taxas de crescimento econômico em quase todos os países da América Latina, traduzida, por sua vez, no fortalecimento da integração política e econômica da região, um processo que ocorre não sem dificuldades.

Naturalmente, estes três aspectos estão interligados, não se podendo isolar a influência causal entre um e outro já que são acumulativos e concomitantes. Além disso, como veremos ao analisar os dados, isto se reflete num aumento significativo da intensidade da relação econômica entre China e América Latina.



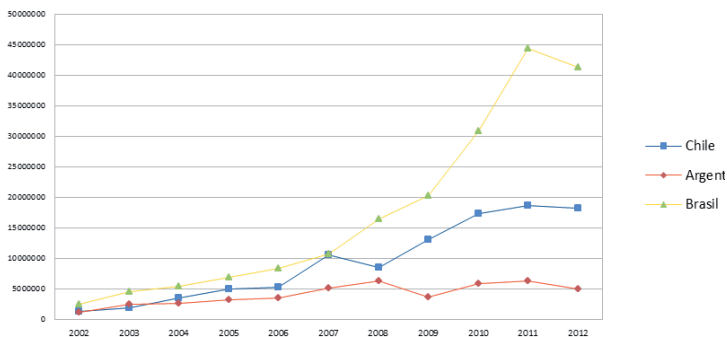
Assim sendo, analisaremos a presença chinesa no Cone Sul da América Latina por meio do exame dos fluxos comerciais e de investimento, sob a perspectiva de nossa sub-região. Neste sentido, enfatizaremos os efeitos estruturais da relação econômica dos países selecionados, ao invés dos *drivers* do lado chinês que influenciam o incremento dessas relações.

3.1 Relações comerciais

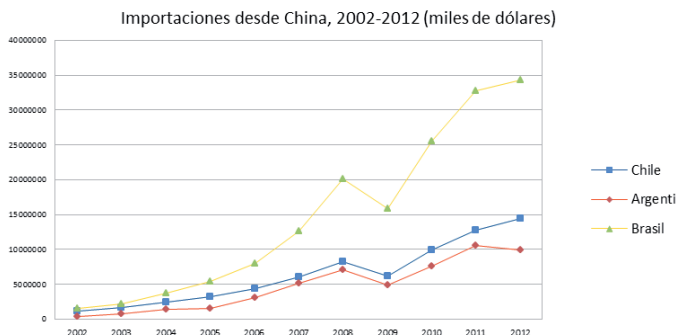
Como podemos observar nos gráficos 1 e 2, a relação comercial com a China tem crescido de maneira exponencial na última década para os três países:

Gráfico 1.

Exportaciones a China, 2002-2012 (miles de dólares)



Fonte: UNCTAD, 2014.

Gráfico 2.

Fonte: UNCTAD, 2014.

Particularmente, o maior volume de comércio foi capturado pelo Brasil e, em menor nível, pela Argentina. Como mencionado, a China é o maior parceiro comercial do Brasil e do Chile, e o segundo da Argentina. As razões para essa isso, são: (a) as dimensões do mercado brasileiro; (b) a maior diversificação e integração industrial do Brasil, como veremos através da análise dos indicadores selecionados; (c) no caso do Chile, a natureza do principal produto exportado pelo país andino. O Chile é (de longe) o maior produtor de cobre do mundo e também aquele com as maiores reservas. A China é a segunda maior importadora do metal, colocando o Chile numa posição privilegiada, assim como o Peru, segundo maior produtor, que também tem uma relação econômica privilegiada com a República Popular da China.

Em seguida, vamos examinar a balança comercial bilateral dos três países estudados, com vistas a encontrar características específicas dessa relação.

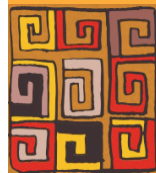
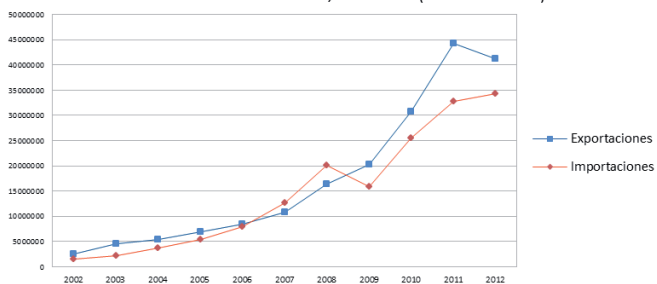


Gráfico 3.

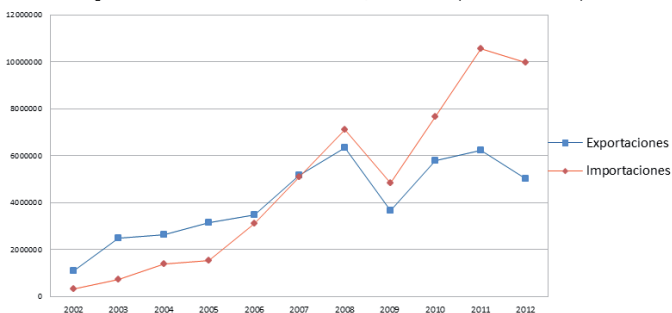
Brasil. Balanza comercial con China, 2002-2012 (miles de dólares)



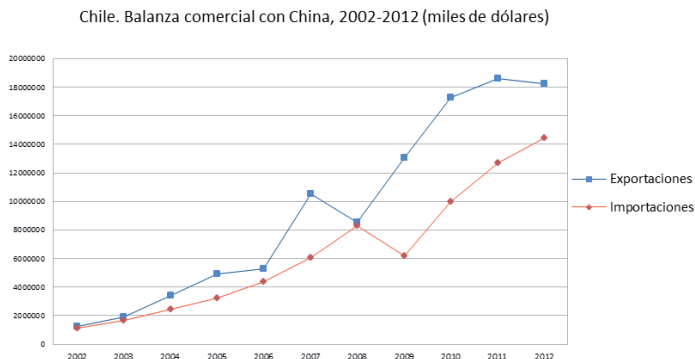
Fonte: UNCTAD, 2014.

Gráfico 4.

Argentina. Balanza comercial con China, 2002-2012 (miles de dólares)



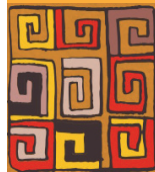
Fonte: UNCTAD, 2014.

Gráfico 5.

Fonte: UNCTAD, 2014.

Como se pode observar, o Brasil obteve um superávit relativamente moderado, enquanto que o Chile um superávit mais robusto. Já a Argentina tem apresentando déficits sucessivos desde o começo da crise financeira, em 2008. Como também se pode verificar, esta crise impactou negativamente o desempenho comercial de todos os três países, mas de forma diferenciada. O Brasil foi capaz de tirar proveito da situação para reduzir o nível de importações da China sem parar o ritmo das exportações, talvez porque que sua pauta estivesse mais conforme com a política de recuperação levada pela China, em novembro de 2008, que privilegiou o investimento em infraestrutura, enquanto que as exportações do Chile (cobre) estavam mais vinculadas aos setores industriais de exportação, justamente o que mais sofreu com a crise. Adicionalmente, por conta da queda do consumo, o preço do cobre recuou fortemente frente a período anterior à crise. A Argentina, por sua vez, em parte por problemas climáticos que impactaram a produção de soja, por problemas políticos internos, por problemas políticos internos, em parte por problemas temporários surgidos na relação econômica bilateral no ano 2010² e ainda pelos efeitos da crise externa, não conseguiu retomar o crescimento de suas exportações para a China, acumulando os referidos déficits comerciais.

A capacidade do Brasil de manter seu superávit comercial é um aspecto interessante para se destacar, e nos leva a analisar a composição setorial das exportações da região para completar a



compreensão da dinâmica das relações econômicas sino-latino-americanas.

Ao proceder esta análise, vemos que a relação econômica bilateral tem se “primarizado” em todos os casos, ou seja, o comércio da região com a China tem se tornado mais dependente da exportação de bens primários³. Enquanto a exportação de matérias-primas, minerais e combustíveis cresce nos três países da região (que é reflexo das características dos produtos exportados, e não uma maior quota de mercado à custa de um concorrente do lado da oferta, mas um crescimento constante demanda por parte do país importador). Em contraste, isto não tem sido acompanhado por um crescimento concomitante das exportações de manufaturados, que se manteve estável ao longo da década, ou seja, em relativo declínio.

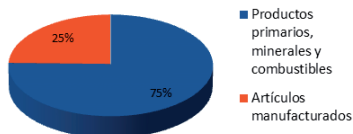
Tabela 1.
Brasil. Exportações para a China
por tipo de produto, 2002-2012 (mil. US\$)

	Produtos primários, minerais e combustíveis	Artigos manufaturados
2002	1.888.246	619.306
2003	2.997.447	1.535.034
2004	4.248.281	1.190.655
2005	5.407.139	1.425.167
2006	7.069.760	1.327.951
2007	9.139.601	1.554.642
2008	14.533.625	1.862.178
2009	17.627.936	2.554.087
2010	28.610.031	2.142.325
2011	41.439.142	2.849.013
2012	37.724.768	3.315.906

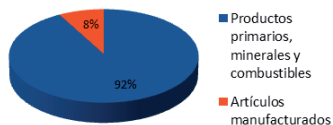
Fonte: UNCTAD, 2014

Gráfico 6.

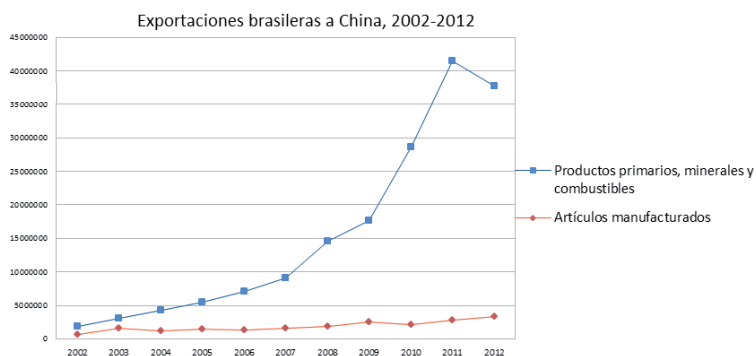
Exportaciones brasileras a China, 2002



Exportaciones brasileras a China, 2012



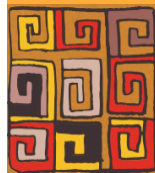
Fonte: Tabela 1.



Fonte: Tabela 1.

Tabela 2.
Argentina. Exportações para a China por tipo de produto, 2002-2012 (mil. US\$)

	Produtos primários, minerais e combustíveis	Artigos manufacturados
2002	829954,841	262399,27
2003	2180393,664	298029,105
2004	2378761,107	251685,611
2005	2893663,25	260625,411
2006	3182588,465	293264,233
2007	4876979,893	289628,852
2008	6059585,247	295371,67
2009	3424830,556	241630,194



2010	5521107,514	277458,589
2011	5931108,262	300915,7
2012	4767386,895	253909,462

UNCTAD, 2014

Gráfico 8.



Fonte: Tabela 2.

Gráfico 9.



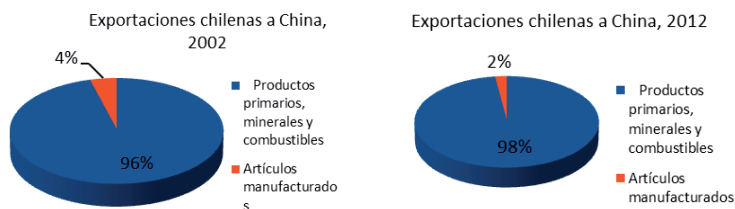
Fonte: Tabela 2.

Tabela 3.
Chile. Exportações para a China
por tipo de produto, 2002-2012 (mil. US\$)

	Productos primarios, minerales e combustíveis	Artigos manufacturados
2002	1173447,881	51036,896
2003	1815834,055	92905,688
2004	3382997,868	58555,619
2005	4826393,08	69037,314
2006	5174704,789	80234,83
2007	10372289,365	133184,407
2008	8302898,785	216207,787
2009	12813938,937	213793,647
2010	17010449,206	265147,559
2011	18342623,728	258232,933
2012	17835002,43	383435,501

UNCTAD, 2014

Gráfico 10.



Fonte: Tabela 3.

Gráfico 11.



Fonte: Tabela 3.

Se continuarmos a analizar a composição setorial das exportações, vemos que o Brasil tem uma pauta de exportações para a China mais diversificadas do que o resto de seus vizinhos. Nos casos do Chile e da Argentina, nenhum item de exportação localizado abaixo dos 10 principais produtos em 2002 mostrou uma evolução positiva susceptível de se destacar entre os 10 principais itens de exportação em 2012, fato que não ocorrem no caso do Brasil, com 3 itens da pauta. Em nenhum dos casos estudados se destacam exportações industriais de média e alta complexidade entre os 10 principais itens. Para o Brasil, as vendas de veículos automotivos e máquinas e equipamentos elétricos caiu tanto em termos absolutos quanto relativos, entre 2002 e 2012⁴. No caso do Chile, as vendas de peixes, moluscos e suas preparações e de bebidas, embora aumentasse em termos absolutos, entre 2002 e 2012 (respectivamente passando de US\$ 26,42 milhões para US\$ 99,23 milhões, e US\$ 10,62 milhões para US\$ 144,86 milhões) caiu em termos percentuais na pauta de exportações.

Enquanto isso, a relação comercial bilateral de Argentina e Chile com China poderia ser sintetizada da seguinte maneira: no primeiro caso, basicamente, a Argentina vende soja e óleo de soja; o Chile concentra suas vendas em cobre e outros minerais metálicos. A isso se soma aprofundamento da dependência brasileira das exportações de soja e minério de ferro.

De forma expressiva, constata-se a emergência de petróleo e produtos petrolíferos na pauta de exportação de Brasil e Argentina (saltando de apenas US\$ 39,3 milhões, em 2002, para US\$ 4.8 bilhões, em 2012, para o Brasil, e de US\$ 5 milhões para US\$ 600 milhões, no

caso da Argentina para o mesmo período). Finalmente, um avanço incipiente é registrado nas exportações brasileiras e argentinas de carne para a China em 2012 (US\$ 575 milhões e US\$ 77,2 milhões, respectivamente).

Tabela 4.
Brasil. Principais rubricas de
exportação para a China (mil. US\$)

	2002	%	2012	%
Exportações Totais	2.520.979	100,00	41.227.540	100,00
Frutas e sementes oleaginosas	825.538	32,75	11.880.180	28,82
Minérios e resíduos de metais	610.602	24,23	15.362.133	37,26
Ferro e aço	142.155	5,64	683.717	1,66
Óleos e gorduras vegetais, refinado ou fracionado	125.767	4,99	951.226	2,31
Celulose e resíduos de papel	114.154	4,53	1.236.672	3,00
Os veículos a motor	94.054	3,74	43.578	0,11
Máquinas e equipamentos elétricos	81.312	3,23	64.362	0,16
Couro, artigos de couro e peles	75.681	3,00	485.439	1,18
Cortiça e madeira	75.269	2,99	43.778	0,11
Plásticos não processados	23.275	0,92	262.240	0,64
Compostos Orgânicos	13.862	0,55	204.807	0,50
Fibras têxteis e seus resíduos	9.592	0,38	737.716	1,79
Carnes e preparações	7.003	0,28	575.706	1,40
Metais não-ferrosos	6.985	0,28	144.847	0,36
Petróleo e seus derivados	39	0,00	4.834.790	11,73
10 principais produtos		86,02		87,29

Fonte: Elaborado a partir de UNCTAD, 2014.

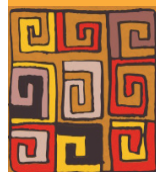


Tabela 5.
Argentina. Principais rubricas
de exportação para a China (mil. US\$)

	2002	%	2012	%
Total de Exportações	1.092.354	100	5.021.348	100
Frutas e sementes oleaginosas	506.447	46,36	2.725.863	54,29
Óleos e gorduras vegetais, refinado ou fracionado	233.172	21,35	943.670	18,8
Couro, artigos de couro e peles	115.944	10,62	102.822	2,05
Ferro e aço	108.679	9,95	6.109	0,12
Têxteis, lã, fibras e Vestuário	31.218	2,86	57.575	1,15
Peixes, crustáceos, moluscos e suas preparações	23.957	2,22	75.740	1,51
Plásticos não processados	11.920	1,11	49.708	0,99
Petróleo e seus derivados	5.016	0,46	600.781	11,96
Carnes e preparações	3.293	0,30	77.199	1,54
Tabaco e artigos de tabaco	-	0	103.346	2,06
10 produtos principais		95,20		94,4

Fonte: Elaborado a partir de UNCTAD, 2014.

Tabela 6.
Chile. Principais rubricas de
exportação para a China (mil. US\$)

	2002	%	2012	%
Total de Exportações	1.224.827	100	18.218.438	100,00
Metais não ferrosos	568.263	46,4	9.720.511	53,36
Minérios metálicos e resíduos de metais	226.710	18,51	6.093.566	33,44
Celulose e resíduos de papel	196.674	16,06	900.371	4,94
Alimentos para animais (ex. cereais não moídos)	90.244	7,37	182.018	1,00
Frutas e vegetais	31.857	2,61	390.034	2,15
Peixes, crustáceos, moluscos e derivados	26.427	2,16	99.228	0,55

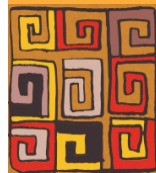
Produtos químicos inorgânicos	26.246	2,14	287.493	1,58
Cortiça e madeira	10.902	1,33	126.792	0,70
Bebidas	10.619	0,87	144.856	0,80
Carnes e preparações	3.105	0,25	59.259	0,33
10 produtos principais		97,7		98,9

Fonte: Elaborado a partir de UNCTAD, 2014.

Tais informações demonstram, sinteticamente, que podem ser detectados na relação comercial entre a China e os três selecionados para o período 2002-2012, os seguintes aspectos: (a) o crescimento constante no volume de comércio; (b) aumento da concentração das exportações em poucos produtos; (c) maior diversificação relativa das exportações apenas com relação ao Brasil; e (d) uma crescente demanda da China por alimentos e commodities baseadas em recursos naturais.

Com relação a este último ponto, podemos identificar as seguintes implicações para as nossas economias:

- a) Se permanecer, no médio prazo, o atual ritmo de crescimento econômico da China, a demanda por esses produtos continuará a aumentar, uma vez que as mercadorias mencionadas servem como insumos básicos para uma economia em crescimento (a despeito das flutuações de curto prazo decorrentes da negociação nos mercados financeiros);
- b) No caso da Argentina, dada a menor diversificação de sua pauta de exportações se comparada ao Brasil, e por conta das características das suas políticas macroeconômicas, a grande dependência das vendas de soja tende a sufocar a produção de outras atividades voltadas para o mercado interno, o que pode ocasionar pressões inflacionárias na economia doméstica como um resultado parcial do modelo de orientação comercial do país;
- c) O caso brasileiro é de certa forma similar, mas as diferenças na condução das políticas macroeconômicas acabam por compensar a pressão inflacionária por meio da apreciação da taxa de câmbio e a manutenção de altas taxas de juros, que por um lado atrai o ingresso de capital estrangeiro, mas tem como efeito colateral a diminuição do ritmo de crescimento do PIB;



- d) Frente ao exposto, se coloca a necessidade de a Argentina aumentar a sua integração comercial com o Brasil, porque a colocação de bens industriais no país vizinho pode permitir ao país platino moderar o processo de concentração das exportações em produtos primários;⁵
- e) No caso do Chile, por conta da característica de seu principal produto de exportação, no caso o cobre, é nítida a separação entre os setores primários comercializáveis e não comercializáveis da economia, não gerando impactos diretos sobre o nível de preços local. Ademais, a sustentação de uma gestão monetária baseada em metas de inflação, faz com que os chilenos não enfrentem os problemas verificados na Argentina (de forma mais aguda) ou no Brasil.
- f) Tanto o crescimento das exportações de petróleo do Brasil e da Argentina para a China, bem como a retração das exportações industriais brasileiras para o país asiático fazem parte do mesmo fenômeno, que reflete as recentes decisões de investimento (e de política industrial) da China, porque as compras chinesas de petróleo correspondem justamente às participações de empresas chinesas em petrolíferas brasileiras e argentinas. De forma similar, por conta do novo posicionamento externo dos investimentos chineses, verifica-se uma expansão incipiente de suas empresas automotivas no Brasil (concentrado, de acordo com os dados preliminares do período aberto em 2012).

Tais discussões serão discutidas na nossa próxima seção.

3.2 *Investimentos*

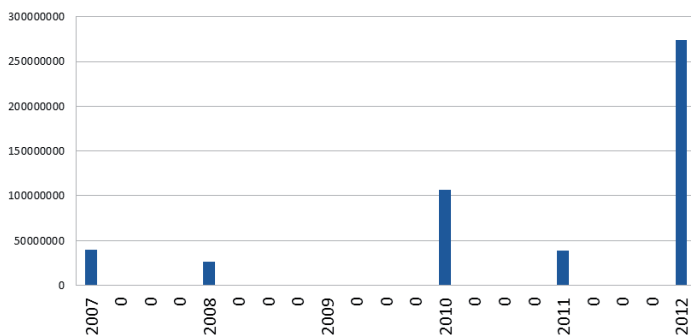
O aumento do investimento direto da China no Cone Sul da América Latina, e sua importância, é um fenômeno recente, refletindo um processo deliberado de expansão para fora do capital chinês e de suas empresas multinacionais (a maioria delas do Estado)⁶. Por ser recente (a partir de 2007), uma análise mais aprofundada de sua estrutura encontra algumas dificuldades, particularmente no que tange à abrangência e formatação dos dados estatísticos disponíveis. Um exemplo disso, já que os governos registram os capitais por origem geográfica, é o fato de que os registros associados a empresas chinesas estão vinculados a paraísos fiscais, como as Ilhas Cayman ou Bahamas. Isto resulta numa escassez de dados comparáveis internacionalmente por meio de séries certificadas durante 2009-2012, que é o período mais significativo.

Finalmente, frente à novidade do fenômeno e ao grande volume de recursos de determinadas inversões (condicionado pelo tipo de empresas que protagonizam os investimentos e pelos setores aos quais se dirige o capital, como aqueles direcionados à extração de recursos energéticos, automotivo, bancário, etc.), mesmo a realização de um pequeno número de projetos apresenta impacto significativo sobre os valores agregados e ainda sobre os fluxos de capitais e os estoques de investimento. No que se segue, tendo em conta estas advertências, apresentaremos os dados estatísticos dos Bancos Centrais do Chile, da Argentina e do Brasil, além de informações não oficiais obtidas a partir do Conselho Empresarial Brasil-China, com vistas a tentar oferecer uma visão aproximada desse fenômeno, ampliando a análise quantitativa fazendo referências ocasionais a projetos de investimento anunciados, mas ainda não concretizados.

Antes de 2007, foi pouco expressivo o volume de IDE chinês que fluiu para a região Assim, o Brasil registrou, para o período 2002-2007, apenas US\$ 32 milhões investidos pela China⁷. Chile, por sua vez, para o mesmo período, recebeu apenas US\$ 1,96 milhão, todos correspondentes ao ano de 2007, que incidiu sobre a indústria pesqueira⁸. Para a Argentina, por fim, o total acumulado dos fluxos de IDE entre 2005 e 2007 foi mais significativo, registrando entradas de capital no valor de US\$ 64 milhões⁹.

Gráfico 12

Argentina. Fluxo de Ingresso de IED chinês, 2007-2012 (US\$)



Fonte: Elaborado sobre Banco Central de la República Argentina, 2012

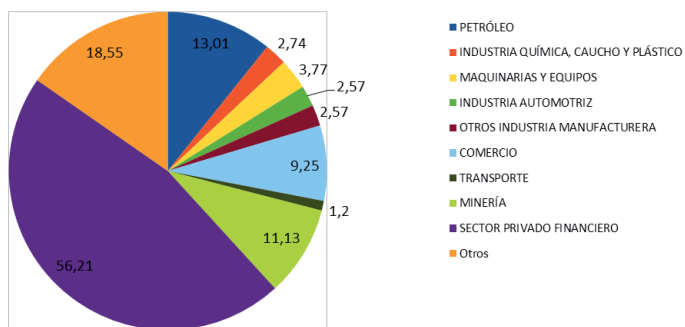
Quando se considera o período 2007-2012, exceto para o Chile, verifica-se um aumento substancial dos investimentos chineses. Neste caso, o IED continuou sendo marginal, uma vez que o país havia acumulado durante esse período apenas US\$ 21,36

milhões, integralmente aplicados na indústria pesqueira. Este valor compreende apenas 0,74% do total de fluxos acumulados de IDE no Chile¹⁰. No caso da Argentina, o fluxo de IDE chinês acumulou, entre 2007 e 2012, US\$ 479 milhões, conforme detalhado no Gráfico 12, acima.

Vemos aqui, de acordo com o que advertimos anteriormente, que a realização de um único projeto em particular distorce o volume de agregado dos fluxos ingressantes de IED. Neste caso, trata-se da aquisição de 80% da subsidiária do Standard Bank Argentina pelo Banco Industrial e Comercial da China¹¹. Por si só, este negócio, no final de 2012, representou 56,21% do estoque acumulado de investimentos chineses.

Gráfico 13.

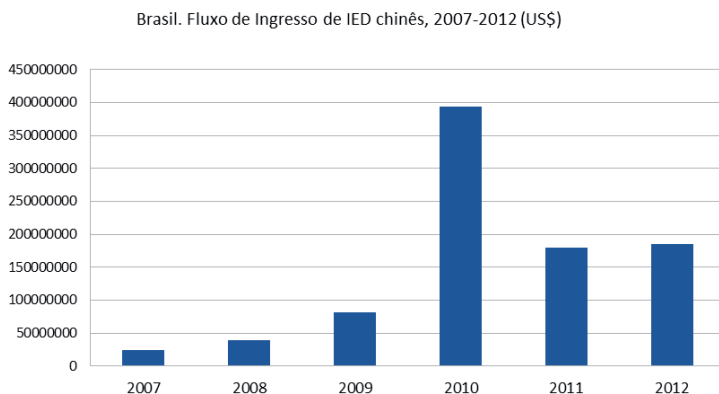
IED Chinês na Argentina, setores principais (%)



Fonte: Elaborado sobre Banco Central de la República Argentina, 2014

O resto da posição passiva da Argentina com a China é explicada, principalmente, por investimentos nos setores de petróleo (13,01%) e mineração (11,13%).

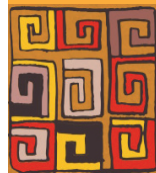
No caso do Brasil, vemos a evolução dos fluxos de IED para o período de 2007-2012 como se segue:

Gráfico 14.

Fonte: Elaborado sobre Banco Central do Brasil, 2014.

Em relação à distribuição setorial dos investimentos, assim como no caso da Argentina, o salto dos fluxos de investimento registrados durante 2010 é explicado pela concentração no setor de mineração (especialmente na extração de ferro). Um só projeto (a compra de 20% da mineradora brasileira MMX pela estatal Wuhan Iron & Steel Company, WISCO) representou 89% do IDE chinês no Brasil em 2010¹². Existem outros projetos significativos concretizados no setor extrativista, também relacionados com empresas estatais. Neste caso, a Sinopec também entrou no Brasil, em 2010, com a compra de 40% do capital da Repsol (Espanha), e outro pela Sinochem, por meio de de uma *joint venture* com a petroleira norueguesa Statoil. No geral, os investimentos acumulados anunciados nos planos de negócios de ambos ultrapassam os US\$ 15 bilhões¹³. Além disso, devem ser incluídos nos anúncios de projetos de investimento, em 2012, o setor de agronegócio, como a produção de soja e beneficiamento de soja, destinados a controlar diretamente o processo de produção de oleaginosas destinadas à China pelo Chongqing Grain Group, por US\$ 300 milhões.

Finalmente, destaca-se a incursão de empresas estatais chinesas num setor disitinto ao de recursos naturais, no caso os investimentos no setor automotivo que vem ingressando no Brasil com o objetivo de o potencial do mercado interno brasileiro, particularmente no segmento de carros baratos. Trata-se dos investimentos da Chery



(no Estado de São Paulo) e da JAC Motors (no Estado da Bahia) anunciaram planos para um valor combinado de US\$ 900 milhões. Além disso, a Dongfeng Motor Corporation anunciou a instalação de uma unidade para a produção de caminhões no Sul do país.

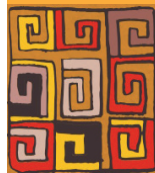
Vale a pena refletir sobre o pacote de investimentos no setor automotivo porque, em médio prazo, isto irá envolver uma forte concorrência entre as empresas chinesas com as empresas europeias e norte-americanas que há tempos formaram cadeias de valor formados em todo o Mercosul¹⁴.

A fim de apoiar essas operações (tanto as localizadas em setores extrativistas como os investimentos no próprio setor industrial) também assistimos o anúncio de projetos orientados para a compra de capital acionário no setor financeiro, tal como ocorreu no caso da Argentina. Assim, três dos quatro grandes bancos estatais chineses anunciaram, no final de 2012, projetos de investimento no Brasil: o Banco da China com US\$60 milhões, o ICBC com US\$ 100 e China Construction Bank, que comprou o controle da subsidiária brasileira do banco alemão WestLB¹⁵.

Em suma, podemos destacar as seguintes características do padrão de recente do investimento direto chinês no Cone Sul, e os principais desafios que ele coloca, tal como segue: (a) O crescimento desse tipo de investimento é um fenômeno recente, concentrado no período de 2007 à 2012, e está em franco desenvolvimento, apesar dos efeitos da crise econômica causada pela crise de 2008-2009; (b) Isso, juntamente com o predomínio dos grandes conglomerados industriais e financeiros estatais, indica uma forte diretriz política para apoiar a expansão dos capitais chineses, posicionando-os dentro de um objetivo estratégico para o país asiático; (c) Há três direções concentradoras de investimento, a saber:

1. Aplicação em setores extrativistas de recursos minerais, energéticos e de matérias-primas agrícolas. Isto, obviamente se relaciona ao papel definido pela China para América Latina como suporte externo de sua soberania econômica (energética e alimentaria).
2. Produção de manufaturas industriais, direcionada fundamentalmente ao Brasil. A inversão neste setor responde aos seguintes fatores: (i) Ensaio de potencialização da competitividade global das companhias chinesas, no marco da política setorial adotada pelo país a partir de 2002. (ii) Busca de mercados: não obstante, não assistimos aqui a uma pauta típica de expansão de empresas na busca por

- dar solução a problemas de superprodução o saturação de mercados maduros, senão a uma expansão dirigida pela decisão política de instalação de marcas e de quebra de barreiras culturais e de confiança. Neste sentido, é esperado que o retorno econômico do investimento chinês no exterior (como o mostra o caso da empresa Haier nos Estados Unidos, por exemplo) seja pouco expressivo no curto prazo.
3. Compra de participações em instituições financeiras locais, como suporte estratégico para às inversões radicadas nos dois setores mencionados anteriormente, e também para apoiar as operações de comércio exterior (que envolvem, como vimos em nossa primeira seção, aos mesmos setores econômicos vinculados com o abastecimento de matérias-primas e recursos energéticos para a China).
 4. As inversões industriais chinesas no Brasil podem suscitar questões relacionadas com o seu impacto nas cadeias de valor formadas em torno da indústria automobilística que opera no Mercosul. Isto pode prevenir impactos negativos, ao sustentar esta tendência, na economia argentina, pois, como vimos, a exportação de insumos industriais de este país para o Brasil tem sido um importante fator de contrapeso às tendências deficitárias e primarizantes de sua relação com a China. Adicionalmente, as empresas chinesas radicadas no Brasil buscam, como recurso para introduzir ali carros econômicos a baixo preço, minimizar as relações com provedores de insumos locais;
 5. Em função do exposto anteriormente, é esperado um crescimento sustentável das inversões chinesas na região em curto e médio prazos;
 6. O caso de Chile, contudo, segue sendo minoritário na recepção de inversões chinesas. Isto pode ser explicado devido ao menor grau de integração de sua estrutura industrial e pelas particularidades da produção do principal insumo importado pela China (o cobre), onde o monopólio estatal de sua comercialização, somado à autossuficiência do setor, torna a oferta de capitais chineses pouco atrativos para a principal companhia operadora local, a CODELCO.



Considerações finais

Conforme podemos depreender da leitura deste trabalho, as relações entre a América Latina e a China vêm crescendo de forma sustentada desde o começo da década de 2000. Na visão dos chineses, nossa região, a despeito de possuir pequena importância na estratégia global de sua diplomacia, assume especial importância na garantia do abastecimento de recursos estratégicos para a sustentação de seu desenvolvimento, como *commodities* minerais, energéticas e alimentícias produzidas nos países latino-americanos.

Não obstante esta importância econômica, a China tem intensificado sua atuação política com os países da região, seja firmando acordos de parcerias estratégicas, seja atuando junto a organismos regionais, como a OEA, BID e, mais recentemente, a CELAC.

De sua parte, os países da região não possuem uma estratégia comum de relacionamento político com a China. Os países do Mercosul (excetuando o Paraguai) e da ALBA têm encontrado na China um ponto de apoio em suas demandas autonomistas frente à grande potência hegemônica em nossa região, os Estados Unidos. Por outro lado, os países da Aliança do Pacífico, mais alinhados economicamente e ideologicamente com os Estados Unidos, tendem a privilegiar a relação econômica baseada em vantagens comparativas, daí muitos deles possuírem tratados de livre comércio com diversos países e blocos espalhados no mundo, inclusive com a China, como o fazem Chile e Peru.

Do ponto de vista econômico e comercial, concentrando nossa descrição nos países do Cone Sul, vemos que a relação implica oportunidades e riscos. Se de um lado a demanda chinesa vem permitindo uma certa estabilidade no balanço de pagamentos, a oferta chinesa tende a intensificar processos de desindustrialização no Brasil e na Argentina.

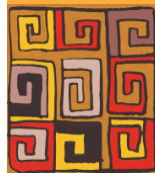
Da mesma forma, o perfil dos investimentos chineses também traz motivos para sentimentos difusos: a maior parte dos investimentos se concentra em setores de produção de *commodities* minerais e energéticas, o que pode reforçar a primarização de nossa pauta de exportações, mais uma vez nos casos de Brasil e Argentina. Isto não ocorre no Chile por conta das regulamentações referentes ao seu principal artigo de exportações, o cobre. Por outro lado, também temos assistido ao aumento de investimentos em setores manufatureiros. Em tese, isto pode permitir o ingresso dos países da região em cadeias produtivas chinesas, abrindo a possibilidade para o incremento da produção industrial local, tal como ocorre com

os investimentos dos Estados Unidos e da União Europeia no setor automobilístico do Mercosul.

Como podemos ver, a relação sino-latino-americana ainda está trilhando seus primeiros passos. Parafraseando um ditado chinês atribuído a Deng Xiaoping, a China e a América Latina estão atravessando o rio tateando as pedras. Na medida em que aumentar a confiança recíproca, novos passos poderão ser dados.

Notas

1. Vale destacar que o Mercosul, como bloco, encontra no Paraguai um elo fraco na sua estratégia de relacionamento com a China: este país não reconhece o princípio de uma única China, baseada em Pequim, e mantém relações diplomáticas com Taiwan.
2. China interrompeu por seis meses suas compras de óleo de soja da Argentina alegando questões fitossanitárias, por conta da decisão do país sul-americano de impor medidas antidumping sobre as importações chinesas.
3. Isto não equivale dizer que a produção dos três países tenha se primarizado na última década.
4. Embora a UNCTAD agrupe como “exportações intensivas em tecnologia e recursos humanos de alta complexidade” para as vendas de alimentos processados e distribuídos em diferentes áreas, não são identificados graus significativos até 2012, para os casos da Argentina e do Brasil.
5. Para este ponto, e em geral para os itens apartados b) e c), ver: Puyana, Alicia, y Constantino, Agustina, “Sojización y enfermedad holandesa en Argentina: ¿la maldición verde?,” *Problemas del Desarrollo*, 44, 175, octubre/diciembre de 2013
6. É interessante notar que a crise de 2008-2009 não afetou a taxa de entrada de capital chinês. A partir de níveis muito baixos, verificou-se um aumento linear na região a partir de 2008. Isso reforça nossas observações sobre o caráter político do investimento da China destinado à extração de recursos naturais e de energia e seu suporte.
7. Banco Central do Brasil, 2014.
8. Banco Central de Chile, 2014.
9. Banco Central de la República Argentina, 2014. Se considera, neste caso, as estatísticas oficiais registrados na categoria de ações (corrigido segundo nível de investimento) de IDE de origem chinesa acumulado no final de 2007, que chegou a US\$ 127 milhões.
10. Banco Central de Chile, 2014.

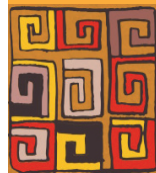


11. Banco Central de la República Argentina, 2014; "El Central aprobó la compra del Standard Bank por parte del banco ICBC de China," *Télam*, 10 de noviembre de 2012.
12. Lopes de Araújo, Carlos Antônio, "O Investimento Direto Estrangeiro Chinês no Brasil e os Determinantes para a Escolha de Setores Pelas Empresas Investidoras," *Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Comércio Internacional, Universidade de Brasília*, 2012, p. 43.
13. China-Latin America cross-council taskforce, "Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean " Summit on the Global Agenda . World Economic Forum . Santiago de Chile, ONU-CEPAL, pp. 13-14.
14. Conselho Empresarial Brasil-China, "Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012", Junio de 2013, pp. 53-58.
15. *Ibíd.*, p. 58.

Referências

- Agência Brasil (2013). Brasileiro vence mexicano na disputa pela direção-geral da OMC. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/05/brasileiro-vence-mexicano-na-disputa-pela-direcao-geral-da-omc>. Acessado em: 21/04/2014.
- Banco Central de Chile (2014), "Base de Datos Estadísticos," <http://si3.bcentral.cl/Siete/secure/cuadros/home.aspx>, Acessado em 15/04/14
- Banco Central de la República Argentina (2014), "Estadísticas e Indicadores " Inversiones Directas - Anuario Estadístico," <http://www.bcra.gov.ar/>, Acessado em 15/04/14
- Banco Central do Brasil (2014), "Investimento estrangeiro direto," <http://www.bcb.gov.br/?INVED>, Acessado em 15/04/14
- Banco Central do Brasil (2014), "Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório 2012," <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2012>, Acessado em 15/04/14
- Banco Central do Brasil (2014), "Investimento estrangeiro direto - matriz país x setor," <http://www.bcb.gov.br/?INVEDMATRIZ>, Acessado em 15/04/14
- Carta Capital (2012). Brasil perde espaço para China na América Latina. 13/jan/2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-perde-espaco-para-china-na-america-latina>. Acessado em 15/fev/2014.
- CASS (2008). "China Modernization Report". A study on the International modernization. Disponível em: <http://www.modernization.com.cn/cm2008%20overview.htm>. Acessado em 20/03/2014.

- CEPAL (2012). La República Popular China y América Latina y el Caribe: Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global. Santiago. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/1/47221/ChinayALCesp.pdf> . Acessado em 06/mar/2014.
- China (2011). White Paper on China's Peaceful Development. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2011-09/06/content_1941354.htm . Acessado em 01/out/2011.
- China (2011a). China's Foreign Trade Information Office of the State Council The People's Republic of China, December 2011, Beijing. http://www.gov.cn/english/official/2011-12/07/content_2014019.htm . Acessado em 23/mar/2014.
- China Daily (2013). China's Latin America presence not a threat. 2013-11-13. Disponível em: http://usa.chinadaily.com.cn/china/2013-11/13/content_17103369.htm. Acessado em 01/dez/2013.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) - China-Latin America cross-council taskforce (2013), "Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean " Summit on the Global Agenda . World Economic Forum . Santiago de Chile
- Conselho Empresarial Brasil-China (2013), "Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012"
- El País (2011). La FAO opta por el continuismo y elige al brasileño Graziano. Disponível em: http://internacional.elpais.com/internacional/2011/06/26/actualidad/1309039203_850215.html. Acessado em 20/04/2014.
- El País (2013). "La Alianza del Pacífico es una cuña de EE UU contra Brasil". Entrevista de Carlos Ominami a Alejandro Rebossio. 19 de julio de 2013. Disponível em: <http://blogs.elpais.com/economico/2013/07/la-desigualdad-est%C3%A1-en-el-centro-de-la-inquietud-ciudadana.html> . Acessado em 13/nov/2013.
- FMPRC (2014). Foreign Ministry Spokesperson Hong Lei's Regular Press Conference on February 7, 2014. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/xwfw/s2510/2511/t1126450.shtml> . Acessado em 25/mar/2014.
- Frischtak, C.; Soares, A.; O'Conor, T. (2013). Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012. Conselho Empresarial Brasil-China. Disponível em: http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_2007-2012_-_digital_1.pdf . Acessado em 10/fev/2014.
- Fundação Dom Cabral (2013). Ranking FDC das Multacionais Brasileiras. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/imprensa/Paginas/noticia.aspx?noticia=19>. Acessado em 22/mar/2014.
- Lopes de Araújo, Carlos Antônio, (2012) "O Investimento Direto Estrangeiro Chinês no Brasil e os Determinantes para a Escolha de Setores Pelas Empresas Investidoras," Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Comércio Internacional, Universidade de Brasília.





- Malamud, Carlos (2012). La Alianza del Pacífico: un revulsivo para la integración regional en América Latina. ARI 46/2012 - Real Instituto Elcano, Madrid, 27/6/2012.
- MDIC (2014). Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil. Estatísticas de Comércio Exterior. Intercâmbio comercial brasileiro: países e blocos econômicos. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>. Acessado em 13/fev/2014.
- Moniz Bandeira, L.A. (2009). Integração da América do Sul como espaço geopolítico. In: *Integração da América do Sul*. Brasília: MRE/FUNAG, p. 131-151.
- MRE (2004). Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China (24 de Maio de 2004). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2004/05/24/comunicado-conjunto-entre-a-republica-federativa>. Acessado em 02/mar/2014.
- MRE (2006). Ata final da Primeira Sessão da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. 24/mar/2006. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2006/03/24/ata-final-da-primeira-sessao-da-comissao-sino>. Acessado em 02/mar/2014.
- MRE (2010). Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/04/15/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da>. Acessado em 02/mar/2014.
- MRE (2011). Atos assinados por ocasião da Visita da Presidenta Dilma Rousseff à República Popular da China - Pequim, 12 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-da-presidenta-dilma-rousseff-a-republica-popular-da-china-2013-pequim-12-de-abril-de-2011>. Acessado em 02/mar/2014.
- MRE (2012a). Comunicado Conjunto entre Brasil e China – Rio de Janeiro, 21 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-entre-brasil-e-china-2013-rio-de-janeiro-21-de-junho-de-2012>. Acessado em 02/mar/2014.
- MRE (2012b). Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/plano-decenal-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china/>. Acessado em 02/mar/2014.
- MRE (2013). Ata da Terceira Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) - Cantão, 6 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/ata-da-terceira->

[sessao-plenaria-da-comissao-sino-brasileira-de-alto-nivel-de-concertacao-e-cooperacao-cosban-cantao-6-de-novembro-de-2013](#). Acessado em 02/mar/2014.

People'S Daily (2006). China, US to hold first consultation on Latin American affairs. Disponível em: http://english.peopledaily.com.cn/200603/24/eng20060324_252993.html. Acessado em: 07/09/2006.

Prebisch, Raúl (1968). Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Puyana, Alicia, y Constantino, Agustina (2013) "Sojización y enfermedad holandesa en Argentina: ¿la maldición verde?," Problemas del Desarrollo, 44, 175, octubre/diciembre de 2013

State Council (2008). China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. Disponível em: http://english.gov.cn/official/2008-11/05/content_1140347.htm. Acessado em 20/04/2014.

The Diplomat (2014). China's Push Into 'America's Backyard'. Shannon Tiezzi February 08, 2014. Disponível em: <http://thediplomat.com/2014/02/chinas-push-into-americas-backyard/>. Acessado em 23/mar/2014.

United Nations Conference On Trade And Development (UNCTAD) (2014), UNCTADStats, http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_referer=&sCS_ChosenLang=en, Acessado em 15/04/14

Wen, Jiabao (2012). Para Siempre Amigos de Confianza Mutua. Disponível em: www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/t945730.htm. Acessado em 20/10/2012.

